

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Instituto de Ciências Exatas e Biológicas

Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

**RACISMO AMBIENTAL PARA ALÉM DE UM CRIME FÍSICO:
Uma revisão bibliográfica sobre os impactos socioambientais na saúde
mental das comunidades pretas**

Ouro Preto

Abril/2025

Ester Maria Felício da Silva

**RACISMO AMBIENTAL PARA ALÉM DE UM CRIME FÍSICO: Uma
revisão bibliográfica sobre os impactos socioambientais na saúde mental
das comunidades pretas**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Ciências Exatas e
Biológicas – Departamento de Ciências
Biológicas – da Universidade Federal de
Ouro Preto, como requisito parcial para
obtenção do título de Biologia Licenciatura.

Orientador: Fábio Augusto Rodrigues e
Silva

Coorientadora: Carolyne Oliveira Alves

Ouro Preto

Abril/2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586r Silva, Ester Maria Felicio da.
Racismo ambiental para além de um crime físico [manuscrito]: uma
revisão bibliográfica sobre os impactos socioambientais na saúde mental
das comunidades pretas. / Ester Maria Felicio da Silva. - 2025.
43 f.: il.: tab.. + Fluxograma.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Augusto Rodrigues e Silva.
Coorientadora: Ma. Carolyne Oliveira Alves.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Exatas e Biológicas. Graduação em Ciências
Biológicas .

1. Educação ambiental. 2. Saúde mental. 3. População negra. I.
Augusto Rodrigues e Silva, Fábio. II. Oliveira Alves, Carolyne. III.
Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 502.1:323.12

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE, EVOLUÇÃO E
MEIO AMBIENTE



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ester Maria Felício da Silva

Racismo ambiental para além de um crime físico: uma revisão bibliográfica sobre os impactos socioambientais na saúde mental das comunidades pretas

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas

Aprovada em 07 de abril de 2025

Membros da banca

Doutor Fábio Augusto Rodrigues e Silva - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestranda Carolyne Oliveira Alves - Co-Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora Daniela Boaneres de Souza - (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Mestra Ingridy Nathaly Santos Moreira - (Universidade de São Paulo)

Professor Doutor Fábio Augusto Rodrigues e Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/05/2025



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Augusto Rodrigues e Silva**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 21/05/2025, às 22:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0915498** e o código CRC **524A4C89**.

Agradecimentos:

A minha mãe, Marionice, agradeço pela vida, pelo carinho, pelo amor, pelo incentivo, pelo apoio, por acreditar em mim e pelas inúmeras oportunidades que, generosamente, me apresentou ao longo dos anos. Em especial, quero expressar meu imenso agradecimento pela educação que me proporcionou, você é meu maior exemplo e orgulho, sem você ao meu lado, nada seria possível. Foi por meio do comprometimento de você com o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal que pude explorar horizontes, adquirir conhecimentos valiosos e forjar as bases para o meu futuro, te amo com todo o meu coração.

Aos meus irmãos, Sara, Ana Paula e Emanuel, tenho muito orgulho do crescimento pessoal de cada um, obrigada por estarem comigo sempre, por ouvirem meus diversos desabaços e por apoiarem meu sucesso. Amo muito vocês, obrigada.

Ao meu namorado e melhor amigo André, com suas palavras de carinho, seu acolhimento, seu amparo, seu amor e seu zelo, eu pude ter um lar mesmo longe de casa. Obrigada por sempre apoiar meu crescimento, por se dedicar em ler e reler diversas vezes meus textos, por ter me encorajado a buscar minha excelência e por acreditar em mim. Essa conquista é nossa, sabemos bem como é significativo uma pessoa preta ter um diploma, enfim, infinitas gratidões, amo você.

A minha amiga Tainá. Obrigada por toda ajuda, pelo incentivo e todo amor, você é parte fundamental da minha trajetória. Obrigada por todo amparo, amor e palavras de conforto, como diz o Emicida “Quem tem um amigo, tem tudo” e ainda bem que tenho você.

As minhas amigas Millena, Vitória e Letícia, obrigada pela amizade e por toda ajuda. As minhas companheiras de curso Aline, Eliane e Maria Luiza. Obrigada por estarem comigo, me ajudando e compartilhando conhecimentos valiosos, que levarei para toda vida, descobrimos muitas coisas ao longo desse percurso e o apoio de cada uma foi de extrema significância.

Ao meu orientador, Professor Fábio Augusto Rodrigues e Silva, pela acolhida afetuosa e pela orientação dedicada ao longo deste período acadêmico. Sua capacidade de incentivar meu crescimento intelectual foi fundamental para minha jornada, e estou profundamente agradecida pela confiança que depositou em mim.

Minha querida coorientadora, Carol, nossos caminhos se cruzaram de uma forma tão rápida que eu tenho certeza de que era pra ter acontecido. Quando lhe conheci, fiquei

encantada em ver mais uma mulher negra ocupando um espaço acadêmico, tive a certeza de que aquele era o meu lugar e eu iria ocupá-lo. Você representa força, determinação e muita luz e eu sou muito agradecida por todo seu comprometimento a mim e a minha pesquisa, obrigada por estar comigo e ter me acompanhado nessa jornada desafiadora e ao mesmo tempo gratificante que é a academia. Obrigada.

A minha querida professora, Cristina de Oliveira Maia, obrigada por ter sido tão gentil e acolhedora nessa trajetória acadêmica. Tenho muito que lhe agradecer, seus conselhos, afetos e seu incentivo foram de suma importância para minha formação. Obrigada.

Ao meu melhor amigo, David de Oliveira, gostaria que você pudesse ler essas minhas palavras, e senti-las, pois são do fundo do meu íntimo. Compartilhamos um sonho em conjunto, que era entrar em uma universidade, espaço que ainda é muito inacessível para pessoas pretas no Brasil. Sabíamos como seria difícil e com muito esforço, conseguimos realizá-lo. Sinto que sem você eu não teria conseguido chegar até aqui, mesmo não estando no mesmo plano, sinto sua presença todos os dias e estou realizando esse sonho por nós dois. Eu irei te amar eternamente, obrigada por ter vivido esse sonho comigo, amigo. É por você.

Gratidão aos meus orixás, aos meus ancestrais e a todos que me apoiaram até aqui. Axé.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância da interseção entre meio ambiente e saúde mental no contexto político-social, situando essa discussão dentro do racismo ambiental. Essa revisão busca evidenciar como crimes ambientais afetam desproporcionalmente as comunidades negras e em situação de vulnerabilidade, demonstrando a necessidade de identificar, racializar e politizar o debate, para a compreensão dos impactos causados pelo racismo ambiental à saúde mental da população negra. Para isso, foi realizado um estudo exploratório por meio de uma pesquisa bibliográfica, identificando trabalhos que abordem a conexão entre racismo ambiental e saúde mental da população preta. A metodologia aplicada permitiu a análise de dados e referências que trazem a existência dessas desigualdades, proporcionando uma nova perspectiva sobre o problema. Assim, este trabalho pode contribuir para a ampliação do debate e a ampliação de uma visão sobre os impactos socioambientais à saúde mental das populações pretas.

Palavras-chave: Racismo Ambiental, Saúde Mental, População Negra

Abstract

This study aims to highlight the importance of the intersection between the environment and mental health in the political-social context, situating this discussion within environmental racism. This review seeks to demonstrate how environmental crimes disproportionately affect Black and vulnerable communities, emphasizing the need to identify, racialize, and politicize the debate to understand the impacts of environmental racism on the mental health of the Black population. To achieve this, an exploratory study based on a bibliographic review was conducted, identifying works that address the connection between environmental racism and the mental health of Black communities. The applied methodology allowed for the analysis of data and references that reveal the existence of these inequalities, providing a new perspective on the issue. Thus, this study contributes to expanding the debate and constructing an understanding of the socio-environmental impacts on the mental health of Black populations.

Keywords: Environmental Racism, Mental Health, Black Population

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo destacar la importancia de la intersección entre el medio ambiente y la salud mental en el contexto político-social, situando esta discusión dentro del racismo ambiental. Esta revisión busca evidenciar cómo los crímenes ambientales afectan de manera desproporcionada a las comunidades negras y en situación de vulnerabilidad, demostrando la necesidad de identificar, racializar y politizar el debate para comprender los impactos del racismo ambiental en la salud mental de la población negra. Para ello, se realizó un estudio exploratorio basado en una revisión bibliográfica, identificando trabajos que aborden la conexión entre el racismo ambiental y la salud mental de la población negra. La metodología aplicada permitió el análisis de datos y referencias que evidencian la existencia de estas desigualdades, proporcionando una nueva perspectiva sobre el problema. Así, este trabajo contribuye a la ampliación del debate y a la construcción de una visión sobre los impactos socioambientales en la salud mental de las poblaciones negras.

Palabras clave: Racismo Ambiental, Salud Mental, Población Negra

Lista de Figuras

Figura 1: Fluxograma Canva.....	28
--	-----------

Lista de Quadros

Quadro 1: Principais objetivos e resultados dos estudos analisados.....	29
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

PNSIPN - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

SUS - Sistema Único de Saúde

TEPT - Estresse Pós-Traumático

Sumário

Apresentação	12
Introdução	14
Objetivo Geral	18
Objetivos Específicos	18
Referenciais Teóricos	19
As Diversas Faces do Racismo Brasileiro	19
Saúde Mental das Comunidades Pretas	21
Racismo Ambiental	22
Metodologia	25
Resultados e discussões iniciais	27
Reflexões e Conclusões	33
Referências Bibliográficas	37

Apresentação

Sou Ester Maria Felício da Silva, tenho 24 anos e atualmente vivo em Ouro Preto, Minas Gerais. Filha de pais pretos e pobres, tive a convicção que a educação seria a chave que mudaria meu “mundo”. Minha mãe começou a lecionar após meu nascimento, dessa forma, pude ter um grande contato com a sala de aula, e me apaixonei. Meu pai trabalhou sua vida toda como vigilante e sempre viajava por conta do trabalho, quando ele retornava me trazia vários livros de presente e me incentivava a lê-los, e com seu incentivo junto a minha mãe, meus pais me ajudaram a compreender a pluralidade da vida.

Minha incessante busca pela leitura me ajudou a ser muito dedicada aos estudos. Me recordo da primeira vez que compreendi as junções silábicas, foi um momento marcante em minha vida, pude entender a necessidade de aprender. Estudei minha vida inteira em escolas públicas e sempre me esforcei para ser a melhor aluna da turma, até porque sendo preta e pobre eu não poderia fracassar. Nos anos iniciais dos meus estudos, necessariamente no nono ano, obtive um contato muito grande em aprender ciências como um todo, com isso me aproximei e me apaixonei por esta área. Em meu ensino médio, conheci minha primeira professora de Biologia, ela era completamente apaixonada pela educação e sua motivação, alto astral e carisma me levaram ao encanto por essa área e por lecionar.

Meu tempo de escola foi marcado também, com muitas lutas e dores. Uma pessoa preta consegue identificar as causas proporcionadas pelo racismo desde cedo. Me recordo de um dia olhar para o espelho e me perguntar: Por que zombam do meu cabelo? Da minha cor? Dos meus traços? Me questionava diariamente sobre os lugares que não poderia frequentar, o medo de entrar em respectivos lugares, as dores do julgamento e a tamanha humilhação por ser eu mesma. A partir disso, pude entender a visão eurocêntrica e racista no mundo que uma criança como eu vivia. Desde este momento, estabeleci uma visão de que jamais me permitiria não ocupar certos espaços, como um centro acadêmico.

Quando passei em uma universidade federal, foi tamanha a alegria para os meus familiares, que pela primeira vez uma mulher, preta, periférica e filha de pais pobres e pretos ocuparia um lugar que para muitos como eu, é impossível. Em uma disciplina chamada Educação Ambiental, tive o meu primeiro contato com o que seria o “Racismo

Ambiental”, me lembro de questionar que além das diversas faces que o racismo possui e suas consequências para o corpo físico, como esse crime afetava a saúde mental da população preta. Nesse curto espaço de tempo, tive uma perda que fez com que eu realmente me dedicasse a entender como o racismo e o racismo ambiental afetam as vidas de pessoas pretas.

Dedico esse trabalho ao meu amigo David e a todas as comunidades que enfrentam esse crime diariamente.

Introdução

A Constituição Brasileira é um documento que estabelece os direitos e deveres dos cidadãos, e tem como objetivo principal, assegurar direitos fundamentais como a liberdade, a igualdade, a dignidade da pessoa humana e a justiça social (Brasil, 1998). Ela define, portanto, o papel crucial que o Estado tem na promoção da saúde e do bem-estar populacional. Além disso, a carta magna brasileira estabelece condições fundamentais para o oferecimento dos serviços de saneamento básico, em diferentes artigos e incisos.

Entende-se, como saneamento básico um agrupamento de serviços, infraestruturas e instalações que operam na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário e abastecimento de água potável (Brasil, 2007). Além do saneamento básico, há a ampliação desses serviços em articulação direta com o meio ambiente, que se configura como o saneamento ambiental.

Desta forma, é o mecanismo que promove à saúde e adentra o saneamento básico, e abrange significativamente os rejeitos gasosos, o manejo do uso equilibrado do solo, a fiscalização das doenças transmissíveis e outros serviços e ações cujo desígnio englobe a alta qualidade de vida e bem-estar urbano e rural. (Brasil, 2007, Funasa, 2015).

No artigo 196 da Constituição Federal, também se diz que promover o bem-estar e a saúde é dever do Estado brasileiro, é o que diz

Rege constitucionalmente, que a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1998, Art. 196).

E como uma das condições primordiais para uma vida saudável e bem-estar, o Art.225, destaca que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, é garantido como requisito para a sadia qualidade de vida das gerações presentes e futuras

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1998, Art. 225).

Entretanto, o estabelecimento de leis voltadas à saúde ambiental, não garante seu efetivo cumprimento, e a persistente falta de acesso à moradia e ao saneamento básico contribuem emergencialmente no processo de adoecimento no Brasil (Jesus, 2020).

Por isto, a aproximação entre saneamento, saúde e meio ambiente torna-se evidente, e as suas correlações possuem uma ampla relação em áreas e conceitos como epidemiologia ambiental, saúde ambiental, salubridade ambiental e promoção de saúde, apesar disso, na prática o planejamento não é integralizado (Jesus, 2020).

Frequentemente, em situações como enchentes, deslizamentos, rompimentos de barragens e contaminações, os locais afetados são predominantemente habitados por populações pretas, indígenas, ribeirinhas, ou pertencentes a outros grupos étnicos vulneráveis (Herculano, 2006). Algumas autoras trazem em suas pesquisas a ligação direta desses crimes ambientais com corpos pretos, ressaltando a urgência de pesquisas que necessitam adentrar as condições de saneamento e seu impacto na saúde da população negra. São estudos que se dedicam a entender as causas e consequências do “Racismo Ambiental” (Rosemberg; Pinto, 1995, Lopes, 2005a, 2005b, Garcia, 2009; Cunha, 2012; Santos, 2013).

O Racismo Ambiental se refere à injustiça social e ambiental vivida por populações não brancas e grupos étnicos em situação de vulnerabilidade em contextos racializados, sendo frequentemente expostos(as) às situações de degradação ambiental. Ele se enquadra como o resultado de políticas e práticas que afetam pessoas, grupos e comunidades em razão de suas condições socioeconômicas e grupos étnicos. (Legnaioli, 2020).

O termo foi criado em 1980 sucedido por um debate sobre a justiça ambiental que foi iniciado por um grupo de militantes pretos estadunidenses (Silva, 2012). Neste contexto, surgiu a necessidade de novos atos, que em coletivo se articularam e protestaram em resposta às ameaças, tanto à sua qualidade de vida quanto ao ambiente, que configuram situações desiguais de vulnerabilidade (Porto, 2007). Os debates realizados fazem parte de um processo que dá corpo e voz ao surgimento de um movimento inovador, focado na defesa dos interesses de populações que, nas periferias dos centros urbanos, sofrem contaminações ocasionadas por resíduos industriais (Silva, 2012).

De acordo com Capella (1996), o caráter inovador do movimento por justiça ambiental, surgido nos Estados Unidos, reside não somente na temática que pretende e consegue inserir na pauta política e dos movimentos ambientalistas ditos tradicionais, mas, sobretudo, na articulação que se estabelece entre lutas de caráter social, ambiental, territorial e de direitos civis. Este movimento levou a que passassem a serem designados como “ambientais” diversos embates concernentes à qualidade de vida da população, tais como o saneamento, a contaminação química de locais destinados à moradia e ao trabalho e a disposição indevida do lixo tóxico e perigoso (Silva, 2012).

A necessidade de apontar o estudo sobre racismo ambiental surge a partir de incômodos da minha vivência com uma pessoa preta. Elevar esse obstáculo social, a um esforço de uma pesquisa, que o coloque como problema científico, com isso, a elaboração dessa pesquisa visa retratar e abranger a necessidade desse estudo, com o enfoque na saúde mental.

De acordo com Oliveira (2017), o racismo no Brasil abrange muitas áreas e locais, como lugares estruturais, culturais, ambientais, políticos e sociais. O termo se caracteriza como uma discriminação racial, ou seja, não é apenas um ato intolerante ou de um conjunto de atos, mas, também de processos em que grupos raciais tem maiores condições de subalternidade e privilégios que se reproduzem em dimensões sociais, políticas, econômicas, estruturais e principalmente raciais (Oliveira, 2017).

No contexto histórico ambiental, populações de baixa renda, despossuídas e pertencentes a determinados grupos étnico-raciais, têm sido posicionadas perto de áreas de esgoto e lixo, enfrentando condições sanitárias inadequadas como resultado de políticas ambientais que favorecem a discriminação (Jesus, 2020).

As condições de saneamento são um aspecto central nas discussões sobre racismo ambiental, cuja origem remonta ao Período Colonial. Durante esse tempo, a população negra escravizada era privada de saneamento básico e ao mesmo tempo responsável pelos serviços de saneamento em casas-grandes, prédios públicos e na cidade em geral (Chalhoub, 1996). Em outras palavras, o sistema de saneamento urbano dependia do trabalho dos negros escravizados. Esse contexto colonial foi crucial na criação de um quadro epidemiológico desfavorável para essa população, impactando diretamente sua saúde e higiene, ao promover doenças associadas à falta de saneamento adequado. Nesse sentido, este projeto visa ressaltar a importância dentro do âmbito político-social,

analisando a interseção entre a relação ambiental e saúde mental, bem como situar essa temática na discussão sobre racismo ambiental a partir de uma perspectiva que denuncie como crimes ambientais impactam corpos racializados e marginalizados. Assim, surgiu a necessidade de identificar, racializar e politizar para compreender como práticas historicamente racistas afetam a saúde física e mental de pessoas pretas.

Esse trabalho, portanto, desenvolveu um estudo, aprofundando-se em uma pesquisa bibliográfica de nível exploratório (Gil, 2002), trazendo em seu campo metodológico, estudos que adentrem o racismo ambiental ligado à saúde mental da comunidade preta. Em face disso, trouxemos, portanto, dados bibliográficos que alcem esses fatos sociais e ambientais, na medida em que nos adentramos em uma adequação de materiais já produzidos, para uma construção de uma visão aprofundada sobre o tema. Somado a isso, saliento uma recolocação do problema sobre um novo ângulo.

Objetivo Geral

Analisar criticamente a literatura científica que discute a interseção entre racismo ambiental e saúde mental de pessoas negras publicada nos últimos cinco anos.

Objetivos Específicos

- Identificar os principais impactos psicossociais, mecanismos de enfrentamento e lacunas para novas pesquisas;
- Contribuir para a compreensão mais aprofundada da relação entre saúde mental e racismo ambiental;
- Refletir acerca de possíveis linhas de estudo sobre o racismo ambiental e o seu impacto psicossocial entre pessoas pretas.

Referenciais Teóricos

As Diversas Faces do Racismo Brasileiro

O racismo atua como uma arma, sustentada pelas ambições políticas e expansionistas das nações de grande domínio. Usá-lo como ferramenta de poder e controle, serve como justificativa para os crimes cometidos em nome de um pretenso “direito” cultural, biológico, político e de dominação ideológica (Moura, 1994). Todos os privilégios políticos, econômicos, socioculturais e ideológicos têm como beneficiários a população branca, que possuem maiores garantias, no âmbito político, econômico, cultural e social. Essa desigualdade sistêmica contribui significativamente para a desigualdade nos acessos à educação, lazer, trabalho, saneamento básico e a promoção da saúde (Siqueira, 2015).

Certos contextos políticos e momentos ao longo da história, fizeram com que o racismo adquirisse um poder vital e se desenvolvesse de forma brutal e agressiva, manifestando-se em políticas discriminatórias, violência institucional e práticas sociais opressivas. Essas dinâmicas não apenas reforçam a hierarquia racial, mas também perpetuam ciclos de exclusão e desigualdade, moldando, assim, as estruturas sociais e econômicas e impactando desproporcionalmente as comunidades pretas. Assim, o racismo reflete uma ideologia de dominação, explicando sua persistência como um padrão de pensamento (Moura, 1994).

No livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, publicado por volta de 1952, Frantz Fanon (2008) traz os efeitos diretos causados pelo colonialismo e a alienação direta que vivenciou a população negra. Durante a colonização, a população negra era considerada inferior, enquanto os brancos colonizadores eram postos como superiores (Fanon, 2008). Nesta perspectiva, entendemos que a alienação é um produto direto da colonização e vestir essas “máscaras brancas” foi, infelizmente, o mecanismo que parte da comunidade preta adotou como tentativa de alçar a posição social de pessoas brancas, que histórico-culturalmente foi imposta por um projeto colonial (Fanon, 2008).

O racismo no Brasil pode ser identificado de várias formas e práticas. Ao longo da história temos uma carga multifacetada e de interconexões que evidenciam uma dimensão histórico-política e social muito grande, que vêm carregada de tamanha agressividade e perversidade, gerando um ciclo contínuo de exclusão e discriminação (Jesus, 2020). Em meados de 1850, os primeiros embates sobre o fim da escravatura e as suas discussões evidentes sobre como seria a vida da comunidade preta e a sua

vivência no futuro, adquiriu no Brasil uma maior densidade, levando essa comunidade a vivenciar uma “falsa sensação” de liberdade. No dia 13 de maio de 1888 foi promulgada a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, contudo, mesmo após essa legislação ainda temos um cenário de extrema exclusão e inferiorização da comunidade preta, em que ter o acesso à saúde, moradia, emprego de qualidade e educação é praticamente impossível (Conceição, 2019). Pessoas pretas são submetidas a um local de extrema marginalização, no contexto econômico e social brasileiro.

Além disso, o governo brasileiro incentivou na metade do século XIX o início da migração europeia para o Brasil, com o intuito direto de “embranquecer” a população nacional, ou seja, na visão governamental a população negra deveria ser combatida, colocando-a como um “problema a ser resolvido” (Heringer, 2002).

Ilustrando o contexto brasileiro, a escritora Conceição Evaristo elucida em sua biografia, a diferença direta de tratamento, que sofreu em um colégio que estudava, diferença essa favorável para pessoas brancas. Esse depoimento aconteceu durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, que aconteceu em maio de 2009, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Foi em uma ambiência escolar marcada por práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros, que descobri com mais intensidade a nossa condição de negros e pobres. Geograficamente, no Curso Primário experimentei um apartaid escolar. O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passei o Curso Primário, quase todo, desejando ser aluna de uma das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios (Literafro, 2009, sp).

É possível afirmar que o racismo atual é uma herança histórica, produto direto da colonização do Brasil, herança marcada por dor e perversidade, na qual a população preta sofreu e sofre diariamente (Guimarães, 2009). O racismo foi moldado ao longo da história, assumindo diferentes faces, portanto, a ideia de que exista democracia racial no Brasil, é uma farsa no âmbito nacional, não existe democracia para uma comunidade que diariamente é violada, morta, vivendo com escassez de saúde, nutrição, qualidade de vida, segurança, bem-estar, saneamento de qualidade e falta de acesso educação (Guimarães, 2009).

A luta mais crítica para combater o racismo brasileiro está justamente no esforço para que seja reconhecida a herança histórica que molda nossa sociedade, mostrar como ela

manifestou as desigualdades e combatê-las. Tal discussão, contribui para que o véu da ignorância que encobre nossa sociedade, caia, no intento de visualizarmos uma nova história.

Saúde Mental das Comunidades Pretas

Quando falamos de saúde mental em um âmbito nacional, percebe-se que a psicologia brasileira é excludente em legitimar as consequências disseminadas pelo racismo na saúde mental das comunidades pretas. Em uma de suas pesquisas, Santos (2018) cita que a grande problemática da psicologia nacional, está em ignorar os debates sociais e políticos e a expressão subjetiva ao longo da história. Freire (1983), argumenta que a medicina psiquiátrica se expandiu no Brasil, como um instrumento de sujeição da população, compactuando com o poder do Estado.

Ao longo da história, na formação médica, corpos pretos eram incessantemente corrompidos fisicamente e mentalmente (Santos, 2018), para uma “construção” vazia da consciência nacional. Populações em situação de vulnerabilidade, eram vistas como “impuras e enfermas” aos olhos da medicina colonial, ao ponto de normalizarem crimes em nome da ciência (Santos, 2018). Os estudos de Freire (1983), ainda mostravam como a psiquiatria e sua relação com o contexto social se alinhavam com o projeto de embranquecimento e higienização racial promovido pelo estado.

Os grandes escritos críticos de Suely Carneiro (2005), Abdias do Nascimento (2016) e Foucault (2005) revelam sobre as estratégias que o racismo adotou dentro da biopolítica. Não nos resta dúvidas, o extermínio e o embranquecimento racial são parâmetros adotados pelo estado, para análise e avanço de todo conhecimento e ações públicas no Brasil (Santos, 2018). O contínuo impacto do racismo afeta todos os espaços sociais, econômicos e políticos, como consequência a distribuição de todas as oportunidades de vida são desiguais, causando danos físicos e mentais (Martins, 2022). O racismo dirigido às comunidades pretas e indígenas provoca múltiplas desvantagens causando impacto direto no psíquico mental, além de iniquidades nas condições de vida (Martins, 2022), ocasionando a falta de acesso aos serviços e tratamentos à saúde mental (ONU, 2016). Somado a isso, o racismo ambiental serve como um determinante social à saúde física e mental nas comunidades em situação de vulnerabilidade, se manifestando como um elemento central na engenharia que sustenta, produz e perpetua o racismo estrutural e institucional, com o caráter seletivo e excludente (Santos, 2018;

Martins, 2022). Desta forma, o racismo ambiental limita o acesso e os benefícios fornecidos pelo estado a grupos raciais em situação de vulnerabilidade, favorecendo a descentralização de bens, poder e do direito às condições dignas socioambientais, contribuindo para o adoecimento mental das populações afetadas (Martins, 2022). De acordo com Bullard (2004):

O racismo ambiental não é um tema novo, já foi denunciado pelos movimentos negros e indígenas em fóruns nacionais e internacionais. Vale lembrar que tanto o conceito de Racismo Ambiental, quanto o conceito de Justiça Ambiental foram construídos por ativistas negros, lutadores por direitos civis nos Estados Unidos, sendo eles Benjamin Chavis e Robert Bullard, que perceberam que havia uma desproporcionalidade dos efeitos negativos de questões ambientais, no qual o despejo de resíduos tóxicos afetava majoritariamente a população negra e periférica na Carolina do Norte (Bullard, 2004, p.7)

O racismo ambiental contribui diretamente nas iniquidades no acesso a serviços de saúde, juntamente às condições socioambientais precarizadas, promovendo riscos físicos e mentais aos psíquicos das comunidades afetadas (Martins, 2022). A escritora e pesquisadora Lélia Gonzalez, lançou em 1982 seu livro “Lugar de Negro”, e escreveu:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais, cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos dos dias de hoje. O critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez, 1982, p. 101).

Dessa forma, pensar em racismo ambiental é pensar em todas as formas de injustiças sociais e ambientais, que estão entrelaçadas de forma desigual as comunidades pretas (Martins, 2022), em todo contexto histórico, toda carga política-social-ambiental foi destinada às populações vulneráveis, a grupos étnicos e grupos sociais, contribuindo para as múltiplas faces do racismo (Santos, 2018). Portanto, é necessário refletir sobre o sofrimento mental e sua ligação direta com o racismo ambiental (Martins, 2022) sendo ele um determinante social de saúde, que se propaga ao reforço de uma herança colonial, sendo um problema de saúde pública (Santos, 2018), é necessário ser visibilizado e discutido pela população, com intervenções de políticas públicas à saúde mental de todas as comunidades afetadas pelo racismo ambiental.

Racismo Ambiental

O contexto histórico do racismo ambiental está conectado principalmente à exposição de práticas que se associam ao despejo de resíduos tóxicos em áreas predominantemente habitadas por populações negras e pobres (Bullard, 2004; Herculano, 2008). Essa prática evidencia a dimensão racial e social da injustiça e desigualdade socioambiental, expondo seus impactos, danos, riscos e conflitos relacionados. Tais atos revelam consequências para as áreas habitadas pela comunidade preta, e estas sofrem impactos nos espaços de moradia, trabalho e lazer (Bullard, 2004; Herculano, 2008).

Vale ressaltar que, o racismo ambiental no contexto nacional, não afeta somente pessoas pretas, mas sim, em cenários locais as comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pantaneiros, pescadores e outros grupos étnicos em situação de vulnerabilidade (Herculano, 2006). O racismo ambiental, segundo Bullard assim se refere:

A qualquer política, prática ou diretriz que afete diretamente ou que coloque em desvantagem (seja intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base em raça ou cor. O racismo é reforçado por instituições governamentais, legais, econômicas, políticas e militares. O racismo ambiental não é apenas uma prática doméstica. Ele é global. O racismo ambiental se estende à exportação de resíduos perigosos, tecnologias de risco e pesticidas e à aplicação de modelos de desenvolvimento não-sustentáveis e explorados no Terceiro Mundo, assim como tem sido direcionado a pessoas de cor, pessoas de classe trabalhadora e pessoas pobres neste país (Bullard, 1994, p.392).

Os processos sociais impulsionados pelo racismo ambiental reforçam as hierarquias que marginalizam grupos étnicos, e enxergam como irrelevantes os espaços habitados por essa população que possuem conexão direta com os ecossistemas locais (Herculano, 2006).

No livro “Quarto de despejo”, escrito por Carolina Maria de Jesus e publicado por volta de 1960, a autora apresenta denúncias em seu diário, sobre sua vivência, marcada pela desumanização de condições insalubres impostas pelo racismo ambiental (Jesus, 2022). Na sua obra, coloca em destaque como a população preta foi colocada à mercê do Estado, e tratada como “zona de sacrifício” e até mesmo como “descarte”. Tais atos contribuíram significativamente para a exposição dessa comunidade à vulnerabilidade socioambiental, refletindo a desigualdade racial (Jesus, 2022).

O aspecto subjetivo de “Quarto de despejo” tem como contexto os espaços impactados pelo racismo ambiental, a invisibilidade e o não pertencimento, a dura sensação de ser

jogado para fora dos meios sociais, por sua condição financeira e por sua cor. Carolina (2014), apresenta as diversas faces do racismo, e a desumanização de viver à mercê da insalubridade do racismo ambiental, no “quarto de despejo”

Às oito e meia da noite eu já estava na favela, respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade, tenho impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos e almofadas de cetim. E quando estou na favela, tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo, sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. [...] A favela é o quarto de despejo. [...] é que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residiam nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos (Jesus, 2014, p.9).

Assim, esse “quarto de despejo” engendrado pelo racismo ambiental é o local em que se colocam os corpos marginalizados, no qual grupos étnicos estão expostos diariamente a riscos ambientais. O estado juntamente com suas decisões ambientais, ignoram essas populações, resultando em destruições ecológicas, precarização desses corpos e a falta de uma saúde de qualidade (mental, física e social), além da exploração desses corpos desprovidos dos direitos econômicos e políticos (Jesus, 2022). Tais situações carregam o legado do colonialismo, trazendo consigo o peso da escravização e de um poder dominado pela classe mais favorecida, a elite branca (Bullard, 2004).

Conforme argumenta Jesus (2022), o racismo ambiental e o capitalismo neocolonial, sobreposto pela toxicidade ambiental, moldam diariamente o cotidiano das comunidades étnicas raciais e vulnerabilizadas, desumanizando-as e dando acesso para que essa geopolítica se concretize. Vemos, então, um ciclo em que os indivíduos desumanizados diariamente são submetidos a condições cada vez mais precárias, e os direitos humanos não são aplicados, pois, diante deste contexto, os grupos e corpos subalternizados, não são considerados humanos.

Metodologia

Essa seção tem como finalidade descrever como foi realizada a revisão bibliográfica, com consequente análise de estudos sobre os temas “racismo ambiental” e “saúde mental da comunidade preta”. Em que, foram selecionados trabalhos publicados nos últimos cinco anos.

Segundo Gil (2002), a metodologia descreve os métodos e procedimentos a serem seguidos ao longo de sua pesquisa. A organização desta pesquisa surge a partir de cada particularidade. Contudo, é necessário fornecer também informações acerca de alguns aspectos, como o tipo de pesquisa; população e amostra; coleta de dados e análise de dados. Desta forma, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de nível exploratório (Gil, 2002). Pesquisas exploratórias buscam trazer como objetivo uma maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou levantar hipóteses, que podem incluir o levantamento bibliográfico ou as entrevistas (Gil, 2002).

Deste modo, essa pesquisa foi realizada a partir de métodos de descritores fixados (Santos, 2007), operadores booleanos e a síntese da pesquisa ao tema central. As bases fornecidas para as pesquisas foram: saúde mental (*mental health, salud mental*), racismo ambiental (*environmental racism, racismo ambiental*) e população negra (*black population, población negra*). Em todos os símbolos da pesquisa foram utilizadas as devidas aspas para os termos procurados nas bases de dados. As pesquisas foram realizadas a partir da compilação de trabalhos publicados em revistas científicas e a análise das plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Acadêmico* e *National Library of Medicine and the National Institutes Health* (PubMed).

Como critérios de inclusão se considerou artigos publicados entre 2020 e 2025, bem como a coerência do título com o tema da pesquisa (racismo ambiental, saúde mental e população negra); artigos que abordaram em seus respectivos resumos a interseção entre os temas (como o racismo ambiental afeta a saúde mental das populações negras e suas causas) e artigos com os idiomas em espanhol, português e inglês. Os trabalhos selecionados deveriam também ter o seu acesso gratuito. Como critérios de exclusão, considerou-se o tipo estabelecido do estudo (artigos de revisão, notas editoriais, dissertações); títulos que não tragam as respectivas palavras: racismo ambiental, saúde mental e população negra (juntas ou separadas); artigo repetidos em ambas as plataformas de dados, sendo feita a exclusão de trabalhos, que após a leitura do resumo não abordaram a ligação entre racismo ambiental e saúde mental.

Logo após a seleção e critérios dos estudos, a compilação dos resultados foi distribuída com as seguintes etapas: título do artigo, o ano em que foi publicado, a categorização para a classificação desses artigos e sua base de publicação, com isso, os objetivos e

resultados principais desses artigos foram altamente compilados. Foi altamente recorrido ao operador booleano “**AND**”, com a finalidade ao acesso de artigos com o tema “saúde mental da população preta” e “racismo ambiental” e sua correlação.

Após a categorização, foi feita a leitura dos títulos e seus respectivos resumos, para análise e seleção. Foi utilizado o método de fluxograma baseado no PRISMA, realizado a partir da plataforma Canva, para demonstrar as etapas de identificação das pesquisas, partindo dos critérios de exclusão utilizados. Essa etapa ocorreu em fevereiro de 2024.

O programa *Google Sheets* foi utilizado para a preparação e compilação dos respectivos resultados, a construção do material foi separada em tabelas, que possuem os seguintes dados: título do artigo, o ano em que foi publicado, a categorização para a classificação desses artigos e sua base de publicação. A compilação dos objetivos, resultados apresentados e locais publicados também foram selecionados e apresentados. Após as devidas etapas, foi realizada a análise crítica, interpretação e a discussão dos devidos resultados.

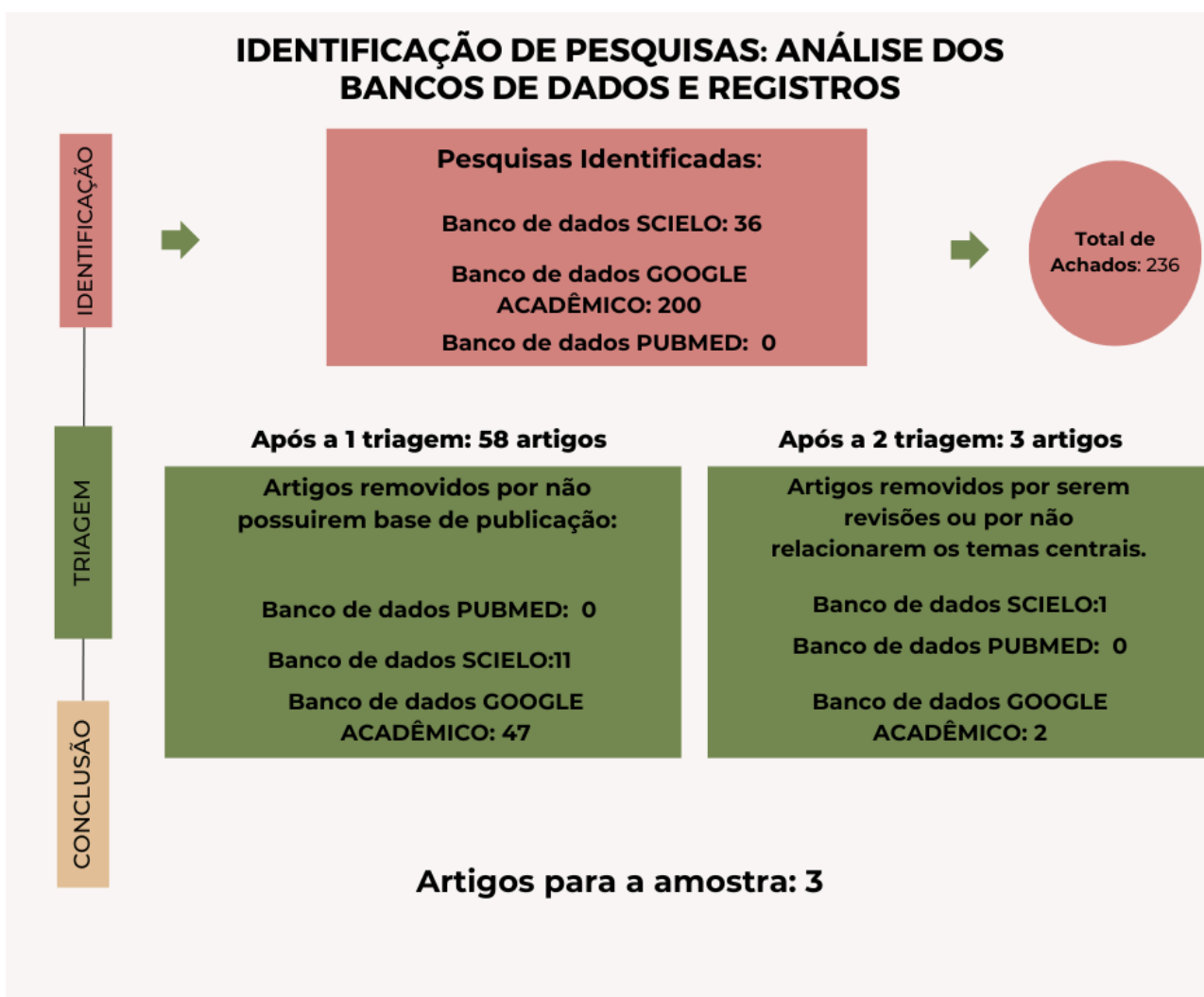
Resultados e discussões iniciais

Neste capítulo apresentamos os resultados previstos e relacionados ao levantamento de dados e revisão dos trabalhos selecionados.

Como descrito anteriormente na parte metodológica, usando os descritores fixados e os operadores booleanos como chave na pesquisa: saúde mental (*mental health, salud mental*), racismo ambiental (*environmental racism, racismo ambiental*) e população negra (*black population, población negra*) as buscas resultaram em 236 artigos, sendo 200 (84,75%) encontrados no *Google Acadêmico*, 36 (15, 25%) na *Scielo* e 0 (0%) no *Pubmed*. Esta fase corresponde à primeira etapa da identificação das pesquisas, que constituiu no levantamento dos estudos utilizando as palavras-chaves descritas anteriormente.

Posteriormente, os artigos foram selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão adotados neste trabalho. Na primeira triagem, foram excluídos 178 (75, 42%) estudos por não possuírem base de publicação, sendo artigos de revisão, notas editoriais e dissertações. Em sequência, foram feitas as devidas leituras e análises dos artigos, que corresponde a segunda fase da triagem, desta forma, foram selecionados 3 artigos sendo 2 (99%) encontrados no *Google Acadêmico*, 1 (1%) na *Scielo* e 0 (0%) no *Pubmed*. Estas etapas foram descritas na Figura 1.

Figura 1- Fluxograma Canva (Contém adaptações da autora)



Fonte: a autora

Após a fase de identificação das pesquisas em relação à verificação dos bancos de dados e registros, entrou-se na fase de análise dos resultados dos devidos artigos selecionados. Nesta etapa, os estudos foram avaliados de acordo com a observação dos objetivos e os resultados das pesquisas selecionadas, descritos no Quadro 1.

A análise dos respectivos objetivos e resultados dos artigos foi realizada a partir da busca da ligação entre “racismo ambiental” e “saúde mental”. Assim, dentro dos objetivos pode-se notar a correlação entre os temas estudados. Os resultados encontrados nas pesquisas selecionadas, confirmam os estudos em relação aos temas estudados.

Quadro 1- Análise dos objetivos e resultados dos artigos.

Artigos	Título/Ano	Referência Bibliográfica	Breve descrição do artigo
1	Racismo ambiental, mineração e saúde mental da população negra, 2023	ARAÚJO, Ivison Luan Ferreira; GODOI, Ana Cecília Rodrigues dos Santos; RIBEIRO, Luiz Paulo. Racismo ambiental, mineração e saúde mental da população negra. Cadernos de Saúde Pública, v. 6, pág. e00045324, 2024. Disponível em: https://www.scielo.org/pdf/csp/2024.v40n6/e00045324/pt. Acesso em: 20 de mar. 2025.	A partir da resenha feita do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”, o autor traz as seguintes perguntas que fomentam seus objetivos: “Quais são os corpos atingidos pelos grandes empreendimentos”? “Qual a relação entre Racismo ambiental e Saúde mental”?.
2	Racismo Ambiental e suas implicações para a Saúde Mental da população negra, 2022	MARTINS, L. Racismo Ambiental e suas implicações para a saúde mental da população negra. Revista Brasileira de Relatos de Casos, [S. l.], v. Suplemento 3, pág. 605–612, 2022. DOI: 10.52600/2763-583X.bjcr.2022.2.Suppl.3. 605-612. Disponível em: https://bjcasereports.com.br/index.php/bjcr/article/view/conais22_605_612. Acesso em: 26 ago. 2024.	O respectivo estudo, busca objetivar a relação do racismo ambiental com a determinação social de saúde, enfatizando as iniquidades de gênero e raça que afetam o psíquico. A autora propõe uma reflexão crítica sobre os determinantes de saúde pública, com o enfoque na saúde mental das populações negras.

3	Quilombos, saúde mental e sofrimento social: a desigualdade em saúde como expressão da qualidade ambiental do território 2024	OLIVEIRA, R. M. de S. Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes. ODEERE , [S. l.], v. 5, n. 10, p. 129-156, 2020. DOI: 10.22481/odeere.v5i10.6876. Disponível em: https://periodicos2.uepb.br/index.php/odeere/article/view/6876/5442 . Acesso em 21 de mar. de 2025.	O artigo levanta as relações entre os Povos Quilombolas, a formação em saúde mental e o racismo ambiental. O texto aborda como essas relações refletem na exclusão socioespacial que também é racial.
---	--	---	---

Fonte: **autora**

Os objetivos e resultados compilados no quadro 1, referente às pesquisas encontradas, demonstraram a interseção entre o racismo ambiental e a saúde mental das comunidades pretas.

O artigo 1 aborda a temática do racismo ambiental voltado para a mineração e as devidas ligações com a saúde mental, a partir da resenha do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”. A pesquisa desenvolvida nas comunidades de Brumadinho e Barra Longa (Mariana) fornece o levantamento dos sujeitos(as) atingidos(as) nesses crimes ambientais. Dentro dessa porcentagem 84% são pessoas negras. Feita a análise de alguns estudos na população de Barra Longa, resultou-se que 43, 5% dos(as) entrevistados(as) enfatizaram ter problemas na saúde mental após o rompimento da barragem, sendo o mais recorrente quadros depressivos. Em Brumadinho, o estudo levantou os grandes impactos psicossociais dos(as) atingidos(as), evidenciando a utilização de medicamentos psicotrópicos pela população. Outro resultado importante sobre os atingidos(as) em Brumadinho, é de que 56,7% dos entrevistados(as) eram mulheres e 57,7% eram pessoas negras. Dentro dos relatos, os sintomas depressivos eram de 29,3%, os de estresse pós-traumático (TEPT) eram de 22,9% e a idealização suicida ou automutilação foi de 12,6%. O estudo ainda afirmou que todos os sintomas psiquiátricos encontrados em Brumadinho e Mariana estavam acima da média percentual verificada na população Brasileira. Desta forma, todos os

crimes ambientais envolvidos nos dois municípios, evidenciam a ligação direta do racismo ambiental com o adoecimento mental da população atingida, com um recorte de gênero significativo, agravando de forma massiva a população de mulheres negras.

O segundo artigo traz um enfoque importante nas questões de gênero e raça, em quadros de adoecimentos mentais no Brasil. A autora inicia suas discussões, levantando alguns recortes em relação ao gênero das populações envolvidas em seu respectivo estudo. Os primeiros dados levantados foram dos indicadores IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), dimensão e indicadores do IVS, tais como: Infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho e dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Índice de Vulnerabilidade Social (IPEA- IVS, 2019) correlacionando a cor, sexo e situação domiciliar. Com isso, a comparação entre mulheres negras e brancas em relação ao recorte de raça e gênero trouxeram os seguintes resultados: em todas as taxas de abastecimento de água, domicílios urbanos que não possuem coleta de lixo, energia elétrica, exposição à vulnerabilidade social, falta de acesso a oportunidades de emprego, maior exposição a violência e maior dificuldade de acesso ao ensino, à saúde e lazer, as mulheres negras lideraram com a porcentagem de 88% com relação às mulheres brancas, o que agrava a saúde mental dessas mulheres com a exposição à maior vulnerabilidade socioambiental.

Além desses dados, o mesmo censo revela que a população residente de aglomerados subnormais¹, quando comparado a pessoas que vivem em outras áreas, são mais afetadas com a falta de acesso à saúde e serviços ambientais. Desta forma, o estudo revela que a falta de acesso está diretamente ligada à saúde, uma vez que, a maioria da população residente desses aglomerados depende do Sistema Único de Saúde-SUS. Assim, o racismo ambiental pode estar determinando a negligência do acesso da população negra às condições básicas de saneamento, o que está associado às condições socioeconômicas e a infraestrutura social, impactando a saúde mental das populações em condições de vulnerabilidade.

O último artigo, traz uma discussão importante acerca do impacto do racismo ambiental à saúde mental das comunidades quilombolas. O roubo de terras e as apropriações

¹ aglomerados subnormais são ocupações irregulares em áreas urbanas, caracterizadas por falta de infraestrutura básica, como saneamento, água tratada e eletricidade adequada. Geralmente estão localizados em áreas de risco e ocupados por populações em situação de vulnerabilidade social.

pertencentes às comunidades quilombolas se manifesta também como racismo ambiental. Tal crime, retira dessas comunidades seus recursos para sobreviverem, negando a qualidade de saúde, de vida e do trabalho, assim, isolando-as e as obrigando a viver sem seus recursos necessários. Desta forma, afetando e agravando seu psíquico. As formas como o racismo ambiental se apresenta nestas comunidades é ainda mais profundo e doloroso, pois, os quilombos representam movimentos de emancipação urbana, resistência ao regime colonial e a busca por liberdade, eles democratizam os espaços, incorporando princípios civilizatórios africanos e dando origem a vilas e cidades que até hoje carregam seus nomes. Ainda assim, frequentemente sua história é invisibilizada.

O racismo ambiental também se manifesta na exclusão dos quilombolas dos espaços urbanos, no qual apenas recentemente, em determinados casos, chegaram serviços essenciais como iluminação pública, saúde e educação, no entanto, ainda insuficientes. Além disso, nega o acesso à saúde e desvaloriza práticas tradicionais da diáspora, como o sacerdócio das parteiras, rezadeiras e raizeiras, além de reprimir terreiros de candomblé, perseguidos pelo Estado e pela mídia. O adoecimento mental nos quilombos vem sendo cada vez mais frequente, considerando todos os ataques que essas comunidades sofrem ao longo das histórias. A desapropriação de suas terras, a desvalorização da sua cultura, o racismo religioso, a precariedade na plantação, produz um adoecimento significativo de muitos de seus membros e membras. Os sentimentos de ansiedade, humilhação e até mesmo de depressão estão cada vez mais presentes dentro das comunidades.

Todos os elementos citados anteriormente, são fatores de adoecimento mental causados pelo racismo ambiental, assim, muitos quilombolas buscam a devida ajuda em profissionais de saúde, porém, eles não estão aparelhados instrumentalmente e profissionalmente para o desenvolvimento de ações significativas com populações negras, o que agrava ainda mais a psíquico desses povos.

De acordo com os dados estudados nos presentes artigos, pode-se analisar a intersecção do racismo ambiental ligado ao adoecimento das comunidades negras. Esse fato fica evidenciado neste trabalho, quando vemos que os trabalhos analisados trazem consigo o adoecimento mental constante das populações majoritariamente negras, devido a crimes socioambientais ligados ao racismo ambiental. Nos artigos (1, 2, 3) vemos a intersecção entre os dois temas abordados em diferentes contextos, mas, todos evidenciando o

mesmo problema, sendo como o racismo ambiental afeta a saúde mental das comunidades negras.

Reflexões e Conclusões

Os resultados encontrados nesta pesquisa nos remetem a existência de uma dualidade acerca das injustiças socioambientais que ocorrem no Brasil na atualidade. O estudioso, pesquisador e autor martinicano Malcom Ferdinand (2022), aborda em seu livro “Uma ecologia decolonial: um olhar para o mundo caribenho” um contexto de decolonialidade, voltada às questões ambientais e raciais. Na perspectiva do autor, as lutas sociais, que envolvem o racismo, são vistas como algo separado das lutas ambientalistas, o que ele chama de “dupla fratura” (Ferdinand, 2022, p.20). Dessa forma, a partir da “dupla fratura” se tem um olhar individualizado com as injustiças, sejam elas: de gênero, raciais e ambientais. Ter esse olhar, apaga e separa os movimentos e suas lutas causadas e geradas pelo colonialismo. A “dupla fratura” abordada por Malcom Ferdinand (2022), trazem dois conceitos importantes: “A fratura colonial e ambiental” e ele dialoga que:

Afinal, é inevitável constatar que esse evento continua prisioneiro da dupla fratura colonial e ambiental do mundo moderno. Por um lado, uma crítica anticolonial denuncia as conquistas, o genocídio de povos ameríndios, as violências cometidas contra as mulheres ameríndias e as mulheres Pretas, o tráfico negreiro transatlântico e a escravidão de milhões de Pretos. Por outro, uma crítica ambiental coloca em evidência a amplitude da destruição dos ecossistemas e da perda da biodiversidade causada pelas colonizações europeias das Américas (Ferdinand, 2022, p.47).

A fratura colonial e ambiental evidencia que o colonialismo não só roubou, explorou povos e territórios, mas, apagou a relação entre sociedade e natureza (Ferdinand, 2022). Desta forma, ao analisar a “dupla fratura”, ao longo da síntese desta pesquisa, pode-se notar que em 236 artigos encontrados, apenas três trazem a conexão entre racismo ambiental e a saúde mental. O que nos leva à reflexão sobre a ausência de pesquisas que abordem a interseção entre os temas, que pode ser efeito de um olhar individualizado para as lutas. Consequentemente, os efeitos dos desastres ambientais persistem recair sobre as comunidades pretas, atingindo sua saúde mental, pois, historicamente essas pessoas são expostas a maior vulnerabilidade social.

Quando pensamos em racismo ambiental e saúde mental em um contexto brasileiro, o livro “Quarto de Despejo” escrito pela autora Carolina Maria de Jesus (2014), traz referências sobre esse crime ambiental e como viver à mercê dessas desigualdades abalava constantemente sua integridade física e mental. A autora traz em forma de

denúncias em seu diário todas as dificuldades em ser uma mulher negra e periférica, morando na favela do Canindé, em São Paulo. É importante ressaltar que, onde Carolina morava, era um espaço totalmente marginalizado sem condições básicas de sobrevivência como: saneamento básico, coleta de lixo e água potável

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, às margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha (Jesus, 2014, p.33).

As dificuldades em se conseguir água e comida limpa eram muitas. Carolina e seus filhos estavam expostos à fome, a falta de condições sanitárias e lutavam também contra doenças oriundas do lugar onde habitavam. Isso também exemplifica como o racismo ambiental atuava em sua vida de forma ativa, afetando constantemente sua vida e sua saúde mental. Quando se é citado sobre sua saúde, é notório que Carolina vivia preocupada com a fome dos filhos, a falta de comida e a possibilidade de não possuir dinheiro suficiente para sobreviver, gerando um estresse contínuo e sofrimento mental. Uma importante reflexão sobre como o racismo ambiental a afetava, é que constantemente ela expressava tristeza e pensamentos depressivos sobre estar presa em um ciclo sem saída

Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei de choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arrumar dinheiro (Jesus, 2014, p. 34).

Ao analisar a história de Carolina, vemos que aos meados dos anos 60 já tínhamos uma escritora brasileira, denunciando os crimes ambientais em seu diário e como essa marginalização em sua vida afetava de forma significativa sua saúde mental, pois, seus escritos sempre carregavam sentimentos de ansiedade, depressão e uma enorme sensação de desamparo. A reflexão a ser posta é: Porque ainda possuímos poucos trabalhos que façam essa interseção entre o racismo ambiental e saúde mental, se temos bibliografias nacionais como a de Carolina que nos trazem essas denúncias? Com isso, resultados importantes a serem analisados com este trabalho, trazem reflexões a serem impostas.

No Brasil, a temática sobre o racismo ambiental cresceu rapidamente aos longos dos anos e como dito anteriormente, está ligado diretamente à exposição de práticas que se associam ao despejo de resíduos tóxicos em áreas predominantemente habitadas por populações negras e pobres (Bullard, 2004; Herculano, 2008). Essas práticas revelam que existe uma dimensão racial e social em todas as desigualdades socioambientais, revelando os impactos, riscos, danos e obstáculos que as comunidades negras sofrem. Evidenciar esses crimes é de extrema necessidade, porém, é notório que essas populações são altamente afetadas psicologicamente devido a esses crimes e não vemos nas grandes bases de dados, nas revistas eletrônicas e em pesquisas acadêmicas trabalhos que abordem um olhar integrado entre os dois temas.

Ao analisar rigorosamente a bibliografia, pudemos notar a grande falta de trabalhos que tenham essa interseção entre o racismo ambiental e a saúde mental das populações negras. O nosso trabalho passou por três análises de dados, em todas elas pode-se observar a precariedade sobre este tema, antes da aplicação dos métodos de inclusão e exclusão, entre 236 artigos analisados, apenas 5 (2,12%) traziam consigo a interseção dos temas e 3 (1,27%) dos artigos foram incluídos após os métodos de aplicação estabelecidos. É notório a ausência de trabalhos que tragam esse tema em sua pesquisa, sabemos que o racismo ambiental afeta o espaço, a rotina, e a integridade física das populações negras, mas, é necessário abordamos como esse crime leva ao adoecimento mental dessas comunidades, ocasionando um agravo severo a vida física e principalmente mental.

A análise nos levou a um outro resultado muito importante a ser discutido. Ao aplicar as bases fornecidas para as pesquisas na plataforma *National Library of Medicine and the National Institutes Health* (PubMed), sendo essas bases: saúde mental (*mental health, salud mental*), racismo ambiental (*environmental racism, racismo ambiental*) e população negra (*black population, población negra*). Obtive um resultado de 0 (0%) de artigos que falassem sobre racismo ambiental, saúde mental das comunidades negras e a interseção dos temas. Esses dados geram significativa preocupação, pois, tal plataforma possui em seu banco de dados mais de 38 milhões de trabalhos publicados e revisados e nenhum deles fornece a união entre os temas citados anteriormente, e nem mesmo separados. Pode-se refletir que tais bases de dados como o PubMed, por serem altamente grandes e renomadas, ainda trazem consigo um racismo acadêmico e estrutural, quando omitem ou não possuem em suas plataformas trabalhos que

denunciem os crimes e injustiças acometidos as comunidades negras, relacionados a sua saúde.

Em conclusão, como citado anteriormente nesta pesquisa, foram encontrados três trabalhos que trouxeram a problemática do racismo ambiental afetando diretamente o psíquico das comunidades negras. Estudos que tragam essa temática ainda estão escassos, por isso a necessidade deste trabalho em abordar esse crime e denunciar a falta da literatura que aborda estes temas. Dentro do Brasil, precisamos de políticas de valorização e inclusão sobre os processos que exploram, adoecem e dominam as comunidades negras provocando o adoecimento físico e mental. Existem múltiplas práticas que exercem fatores determinantes de adoecimento das populações negras, a partir de crimes ambientais como rompimento de barragens, epidemias, tomada de terras, áreas expostas a falta de saneamento que são altamente mascarados pelas desigualdades sociais no país e pelo racismo institucional.

Esta revisão possui uma importante contribuição, quando promove a visibilidade para a importância de estudos sobre o racismo ambiental voltado à saúde mental das comunidades negras no Brasil. É de extrema notoriedade o incentivo de pesquisas que tragam a interseção entre os temas, para que assim, haja visibilidade aos crimes acometidos a essas comunidades que há séculos, vem sendo expostas e marginalizadas pelo racismo. É necessário ser tratado o racismo ambiental como um conceito importante para a saúde pública, necessitando de novas práticas para o avanço da saúde mental das comunidades negras no Brasil.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Iverson Luan Ferreira; GODOI, Ana Cecília Rodrigues dos Santos; RIBEIRO, Luiz Paulo. **Racismo ambiental, mineração e saúde mental da população negra.** Cadernos de Saúde Pública , v. 6, pág. e00045324, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2024.v40n6/e00045324/pt>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>. Acesso em: 26 de ag. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm. Acesso em: 26 de ag. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra -PNSIPN. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2007/outubro/2-a-politica-sgep-final-aprovada-ripartite.pdf>. Acesso em: 26 de ag. de 2024.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**, In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

BULLARD, R. **Proteção desigual: justiça ambiental e comunidades de cor.** São Francisco: Sierra Club Books, 1994. p.392. Disponível em: <https://repository.library.georgetown.edu/handle/10822/869490>. Acesso em 16 de set. de 2024.

CUNHA, E. M. G. P. **Recorte étnico-racial: caminhos trilhados e novos desafios.** In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org.). Saúde da população negra.

Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 37-48. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf. Acesso em 28 de jul. de 2024.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Disponível em: <http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/bitstream/123456789/733/1/CORTI%C3%87OS.%20Cidade%20febril%20corti%C3%A7os%20e%20epidemias%20na%20corte%20imperial.%20CHALHOUB%2C%20Sidney.%201996.pdf>. Acesso em 08 de ag de 2024.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mas_caras_brancas.pdf. Acesso em: 26 de ag. de 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. Prefácio de Angela Davis. Posfácio de Guilherme Moura Fagundes. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo, Martins Fontes, 2005. Disponível em: <https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/05/foucault-michel-e-m-defesa-da-sociedade.pdf>. Acesso em: 26 de ag. de 2024.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Manual de saneamento. 4. ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.funasa.gov.br/handle/123456789/541>. Acesso em 22 de ag. de 2024.

GARCIA, A. S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000668322>. Acesso em 28 de jul. de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em 24 de ag. de 2024.

HERCULANO, Selene. Interface- Comunicação, Saúde, Educação. **O CLAMOR POR**

JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL, [s. l.], v. 19, n. 10, p. 125–138, 2006. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 2 de ag. de 2024.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Instituto de Humanidades, Universidade Cândido Mendes.. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento):57-65, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sqxP3HJB58RwMKVHNPCdNyw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26 de ag. de 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, V. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental**. Saúde Soc. São Paulo, v.29, n.2, e 180519,(2020). Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2020.v29n2/e180519/pt>. Acesso em 28 de jul. de 2024.

JESUS, V. de. **RACISMO AMBIENTAL, NAVIOS DE LIXO E QUARTO DE DESPEJO: A GEOPOLÍTICA NEOCOLONIAL AMBIENTALMENTE TÓXICA DO DESCARTE DE RESÍDUOS NOS PAÍSES “LIXEIRAS DO MUNDO”**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 14, n. Ed. Especi, p. 25–51, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1329>. Acesso em 26 de ag. de 2024.

LEGNAIOLI, S. **O que é o racismo ambiental e como surgiu o conceito** - Cycle, consoma consciente, (2020) . Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/racismo-ambiental/>. Acesso em 28 de jul. de 2024.

LITERAFRO. **O portal da literatura Afro-brasileira**. Conceição Evaristo. Belo Horizonte. Maio de 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 26 de ag. de 2024.

LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra.** In: BATISTA, L. E. KALCKMANN, S. (Org.) Seminário Saúde da População Negra no Estado de São Paulo, 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005a. p. 53-102. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sec_saude_sp_saudepopnegra.pdf. Acesso em 28 de jul. de 2024.

MARTINS, L. **RACISMO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA.** Revista Brasileira de Relatos de Casos, [S. l.], v. Suplemento 3, pág. 605–612, 2022. DOI: 10.52600/2763-583X.bjcr.2022.2.Suppl.3.605-612. Disponível em: https://bjcasereports.com.br/index.php/bjcr/article/view/conais22_605_612. Acesso em: 26 ago. 2024.

MOURA, C. **O Racismo como Arma Ideológica de Dominação.** Revista Princípios nº 34, ago-out 1994, pág. 28-38. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento-39-CL%C3%93VIS-MOURA-RACISMO-COMO-ARMA-IDEOL%C3%93GICA-DE-DOMINA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 26 de ag de 2024.

OLIVEIRA, A. **Racismo, saúde mental e território: Desafios políticos e epistemológicos na clínica ampliada,** ABPN, n. 24, (2017). Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/583>. Acesso em 23 de nov. de 2023.

OLIVEIRA, R. M. de S. **Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes.** ODEERE, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 129-156, 2020. DOI: 10.22481/odeere.v5i10.6876. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6876/5442>. Acesso em 21 de mar. de 2025.

SANTOS, A. de O. **Saúde Mental Da População Negra: Uma Perspectiva Não Institucional.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 10, n. 24, p. 241–259, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/583>. Acesso em 26 de ag. de 2024.

SANTOS, L. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022. 345 p. Acesso em 26 de ag. de 2024.

SANTOS, R. **A produção do cuidado em saúde mental: Uma perspectiva comunitária quilombista**, Valparaíso, vol 20, n.2, (2021). Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-69242021000200055&script=sci_arttext. Acesso em 23 de nov. de 2023.

SILVA, L. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro**, *e-cadernos CES* [Online],n. 17 (2012). Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123#authors>. Acesso em 28 de jul. de 2024.

THEODORO, M. **Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Senado Federal e Pesquisador Visitante do departamento de Sociologia – Universidade de Brasília/Brasil.Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Volume 08. Nº 01. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484>. Acesso em 26 de ag. de 2024.